

Eric Sabourin
Marcelo Nascimento de Oliveira
José Humberto Valadares Xavier

Lógica familiar e lógica coletiva nos assentamentos de reforma agrária: o caso do município de Unaí, MG

Introdução

A política pública de reforma agrária no Brasil, inclusive nas recentes tentativas de assentamento pelo mercado da terra, continua dando prioridade a formas de organização coletiva do assentamento, dos serviços e até da produção agrícola. Essa lógica coletiva está sendo promovida e institucionalizada, tanto pela atuação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) como

Eric Sabourin é sociólogo e antropólogo, pesquisador do Centre de Coopération Internationale en Recherche Agronomique pour le Développement, Cirad (França); pesquisador visitante da UnB (sabourin@cirad.fr). Marcelo N. de Oliveira e José H. V. Xavier são agrônomos, pesquisadores da Embrapa Cerrados, Planaltina-DF, Brasil (manoli@cpac.embrapa.br/jhumbert@cpac.embrapa.br). Comunicação apresentada no VII Congresso Latino Americano de Sociologia Rural, Alasru, Quito-Ecuador, 2006.

pelo discurso da principal organização social dos candidatos e beneficiários da reforma agrária, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). Paradoxalmente, o assentamento se traduz pela concessão de lotes individuais a um público composto em sua maioria de ex-assalariados, no marco de uma política de promoção de empreendimentos econômicos de natureza familiar (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, Pronaf) (MDA, 2003). Este trabalho procura analisar e explicar as interações entre essas diversas lógicas individuais, familiares e coletivas (Thévenot, 2006), as suas raízes e as suas conseqüências na gestão dos assentamentos. O estudo da situação de assentamentos do município de Unaí (Minas Gerais) evidencia como os pressupostos e instrumentos das políticas públicas de reforma agrária revelam-se pouco adaptados, quando não contraditórios e geradores de conflitos. Em tais condições e apesar de um ambiente institucional pouco favorável, um consórcio de instituições públicas e de organizações de agricultores experimenta, desde 2003 no marco do Projeto Unaí,¹ métodos e instrumentos de desenvolvimento rural baseados no respeito mútuo e na parceria. As ferramentas e os processos experimentados com os assentamentos de Unaí oferecem resultados, embora limitados, em termos de aprendizagem e de apoio à organização, à produção e à sua valorização econômica. O texto é dividido em três partes: a primeira introduz o contexto, as práticas e as conseqüências da intervenção das políticas públicas e dos movimentos sociais nas áreas de reforma agrária em Unaí. A segunda parte apresenta os métodos de construção de inovação em parceria experimentados no marco do Projeto Unaí e os resultados obtidos em termos de organização dos assentados. A terceira parte discute os avanços e limites e analisa os ensinamentos desses casos.

O contexto e as políticas públicas na área de reforma agrária em Unaí

O município de Unaí é situado na região Sudeste do Brasil (Figura

1), no ecossistema Cerrados. Tem uma superfície de 8.463 km² para 70 mil habitantes. Constitui o principal pólo agropecuário e agroindustrial da região do Noroeste mineiro no Estado de Minas Gerais a 165 km de Brasília. O município de Unaí é o maior produtor de feijão do Brasil (42.000 ha em 2002), e de soja (55.000 ha) e leite de Minas Gerais (IBGE, 2002).

Figura 1. Brasil, Unaí, MG.



Os atores da reforma agrária e da implementação dos projetos

Unaí tem o maior número de assentamentos de reforma agrária (23) e de acampamentos (5) da região, o que expressa também a desigualdade de acesso à terra e à renda. Conta com 3 mil estabelecimentos agrícolas familiares dos quais 1.600 beneficiários da reforma agrária ocupando uma média de 15 a 20 ha por família. Na Superintendência Regional 28 do Incra (SR-28) existem 107 assentamentos para 15 municípios, totalizando 6.600 famílias para 320.000 ha (Figura 2).

A Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (FETRAF) compete com a Contag para constituir pólos sindicais intermunicipais na região Centro-Oeste. Não é representada em Unaí, mas participa ativamente do acompanhamento dos cursos para assentados e filhos de assentados, administrados pela Escola Agrícola de Unaí, Incra, UnB e Embrapa Cerrados.

As principais demandas das organizações dos assentados correspondem a pedidos de assistência para acesso às infra-estruturas (estradas, energia, água) e ao crédito agrícola.

Num segundo plano vem o pedido para uma assistência técnica personalizada, por ações de formação e de educação descentralizadas (espaços e oportunidades de capacitação para reduzir a assimetria de decisão). Finalmente, aparecem demandas para espaços de negociação das infra-estruturas públicas (conselhos e fóruns) e para co-construção de novos instrumentos de políticas públicas. Mas, os movimentos sociais também são bairristas e preferem obter as infra-estruturas para os seus municípios e não para os dos vizinhos.

Política de desenvolvimento rural do Ministério do Desenvolvimento Agrário

A política de apoio ao desenvolvimento rural promovida pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) possui dois eixos: reforma agrária como estratégia de gerar ocupações produtivas no meio rural e o crédito como instrumento de fomento a essas ocupações, através do Pronaf. A política de reforma agrária traduz-se por uma ação fortemente centrada no assentamento das famílias, geralmente em resposta às pressões dos movimentos sociais, especialmente a Contag e o MST. Paralelamente a esse processo, existe também uma forte pressão desses movimentos pelo acesso ao crédito de investimento e custeio.

No nível estadual, o Instituto de Terras de Minas Gerais (ITER)

atua principalmente em políticas de consolidação dos assentamentos já criados.

Sem dúvida, um dos grandes problemas dessa política consiste na desarticulação entre os processos de assentar as famílias, obter crédito para dar suporte à produção e ter acesso à assistência técnica de qualidade para capacitar as famílias para que possam ser protagonistas do seu próprio desenvolvimento.

Essa desarticulação tem resultados diversos. Por um lado, altos índices de evasão e inadimplência dos assentados perante os agentes financeiros e, por outro lado, manutenção dos assentados apenas com mão-de-obra para as propriedades vizinhas.

Como uma possível resposta a essa problemática, foi criado o Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental (Ates), pelo MDA. Neste programa, instituições não governamentais, governamentais, cooperativas de técnicos podem se credenciar a prestar assistência técnica aos assentamentos de reforma agrária no Brasil.

O tema da territorialidade também é contemplado por uma política pública coordenada pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), vinculada ao MDA. É um espaço de discussão, planejamento, elaboração e execução de ações visando a construção do plano territorial de desenvolvimento rural sustentável. Unai, como está geograficamente localizado em dois territórios que se sobrepõem, optou por participar no Território de Águas Emendadas, que compreende o Distrito Federal, sete municípios de Goiás e três municípios de Minas Gerais. Neste território estão estimados 17 mil agricultores familiares.

Em síntese, embora haja um conjunto grande de assentamentos e acampamentos em Unai, esse coletivo ainda não conseguiu se articular para reduzir sua posição fragilizada nos conselhos e colocar as políticas a serviço dos interesses desse segmento.

Efeitos das políticas de reforma agrária e interação com as organizações locais

Tensões entre lógicas familiares e lógicas coletivas

Nos assentamentos sempre existe uma tensão entre o interesse individual do “recém-proprietário”, as lógicas familiares fortes em torno da instalação e as práticas coletivas induzidas pelas políticas públicas ou pelos movimentos sociais pró-reforma agrária (Sabourin *et al*, 2005). Os assentados devem se organizar coletivamente desde a fase de acampamento, durante a implementação do assentamento, durante a fase provisória de instalação para conseguir ajudas, crédito habitação, auxílio-alimentação (cestas básicas), durante a fase de produção (aval solidário do crédito agrícola etc). As principais tensões e queixas dos assentados com o poder público acontecem em torno da implementação das infra-estruturas (habitações, topografia e parcelamento, regularização fundiária e ambiental, estradas e pontes, água e energia elétrica, escolas, armazéns). O acesso ao conjunto desses elementos passa pelo coletivo da associação dos produtores do assentamento. Segundo a maioria dos técnicos do Estado atuando na região, as associações dos assentados têm muita responsabilidade nos atrasos ou não estão devidamente credenciadas. Para os agricultores, a responsabilidade é do governo federal e do sistema de intermediação dos recursos por meio dos governos estaduais ou municipais, que podem bloquear os processos por razões políticas ou por não estarem em condições legais de receber fundos da União. Assim, há uma primeira contradição para o assentado que sempre foi dependente ou subalterno do pai, do patrão ou do chefe e sonha em ser, por fim, autônomo, mas tem de entrar na dependência de novas tutelas: o movimento sindical, o Incra, as agências bancárias e de assistência técnica, a prefeitura, a associação (Martins, 2003, 2004).

O excesso de procedimentos coletivos chega até a fazer da associação comunitária, que deveria ser a continuidade natural da soli-

riedade praticada durante a fase de acampamento, um novo intermediário, um poder externo, uma obrigação, em vez de ser a expressão da união dos assentados. A segunda contradição aparece entre essa onipresença forçada do coletivo e os sentimentos ou aspirações individualistas do recém-proprietário. Se for filho de pequeno agricultor, como é o caso de boa parte dos assentados em Unaí, herdou dos pais o espírito individualista do camponês em torno da propriedade, do patrimônio familiar e do trabalho personalizado (Wanderley, 1996; Mendras, 1976). Se for ex-trabalhador agrícola (outro caso freqüente em Unaí), tende, conscientemente ou não, a reproduzir o único modelo de produção de fazendeiro que conheceu: comprar gado, esperar as crias ou dar a tratar para terceiros. Se for um ex-assalariado ou empregado da construção civil, da indústria ou do comércio, sonha imitar o ex-patrão e criar um empreendimento individual (Sabourin, 2006a).

As tensões e suas conseqüências

A primeira intervenção do Incra para oficializar um assentamento é a constituição da associação de produtores. Depois, na fase de desenvolvimento e funcionamento, diversos serviços passam também pelos coletivos, como o acesso à assistência técnica e social (Ates). Na visão tanto dos movimentos quanto dos serviços públicos, o abastecimento em insumos, o processamento e a comercialização dos produtos exigem a criação de uma cooperativa ou de uma verdadeira associação de produtores. A associação comunitária é considerada como reservada às infra-estruturas sociais e atividades culturais. Assim, por conta da ideologia coletivista das tutelas, os assentados são incentivados a implementar outras estruturas, cooperativas ou associativas especializadas, como foi o caso no Assentamento Rural Minas, onde foram criadas, além da associação comunitária, uma cooperativa de produção e serviços e uma associação de produtores de leite. Os assentamentos de Brejinho e Paraíso criaram várias associações ou grupos para adquirir ou administrar tanques de leite coletivos.

Em realidade, por regras burocráticas, os fundos da União só podem ser atribuídos às associações por intermédio do governo estadual ou municipal, o que atrasa ou compromete muitas vezes a sua liberação e impõe às associações um intermediário político e administrativo suplementar. Quando existem rivalidades políticas ou pessoais entre prefeitura e movimentos sociais, os financiamentos ficam bloqueados. Isto pode levar à criação de uma cooperativa ou de uma segunda associação de produtores, apoiada por uma ou outra parte, mas dividindo os assentados. Tais procedimentos e práticas mantêm conflitos, que podem gerar confronto até físico entre grupos, em particular quando benefícios financeiros estão envolvidos. Para a maior parte dos beneficiários que não dispõem de capital pessoal, o acesso ao crédito do Pronaf ou ao crédito fundiário para o reembolso da terra é garantido por um sistema de caução solidária que constitui um constrangimento de natureza coletiva, mas, de fato, revela-se pouco eficaz para o banco. Em caso de incapacidade de reembolso, o agricultor pode ser forçado a arrendar a sua terra, entregar o seu lote, ou ser excluído do perímetro pelo grupo, pela associação ou, mais raramente, pelo Incra. Isto nunca garante a possibilidade de cobrança do empréstimo pelo banco ou pelo Estado. Assim, os bancos oficiais exigem do Estado um seguro-reembolso atrelado ao crédito do Pronaf, que garante que vão sempre recuperar o capital investido, sem esforço, sem custo de transação suplementar, mesmo que o projeto tenha sido inadequado e a assistência técnica inexistente. Esse sistema encarece muito o custo do crédito Pronaf (Abramovay e Piketty, 2005) e leva os bancos a aceitar ou promover, por facilidade, projetos inadequados. Se as regras fossem rigorosamente aplicadas, teórica e juridicamente, o banco poderia ainda voltar-se contra os colegas que têm assinado a caução e obter igualmente a sua exclusão. Como as empresas credenciadas junto ao banco e aos assentamentos para redigir os projetos ganham, no mínimo, 2% do montante total do empréstimo no caso do Pronaf (1,5% para o projeto e 0,5% para a assistência técnica e até 10% no caso do crédito infra-

estrutura para reforma agrária), elas tendem naturalmente a super dimensionar o projeto, a inchar os montantes para ganhar o máximo às custas dos agricultores. O MDA reconhece uma falha essencial do sistema, pois é fácil credenciar qualquer empresa privada ou pública para Ates, mas são poucas as ações de acompanhamento e controle. Porém, é ainda mais difícil desabilitar uma empresa que fraudava ou não cumpre os requisitos da Ates.

Um modelo público reproduzido pelo setor privado e pela sociedade civil

Outros financiamentos públicos da União (Fundação Banco do Brasil, Ministério do Desenvolvimento Social, Programa Fome Zero) ou privados (igrejas, fundações e ONGs), geralmente para equipamentos a fundo perdido (irrigação, descascadora de arroz, tanque de expansão de leite) são acessíveis aos assentados apenas mediante um projeto coletivo. No caso dos equipamentos dispendiosos ou adaptados a um uso coletivo (tanque de leite, tratores e máquinas agrícolas) a opção coletiva tem certa lógica. Mas, projetos produtivos agropecuários reunindo o conjunto dos agricultores de um assentamento não têm funcionado na região. No melhor dos casos, podem funcionar com um pequeno grupo de agricultores amigos e voluntários. A parcela coletiva de arroz e mandioca do Assentamento Jibóia reúne seis famílias amigas, com resultados produtivos pouco expressivos, mas de fato o projeto coletivo permitiu obter o financiamento de uma máquina descascadora de arroz.

Foram financiados cultivos coletivos (arroz, hortas, mandioca, farinha) – para os quais existe uma tradição comunitária em certas regiões do Brasil, mas não nessa região – e até projetos de criação coletiva (frangos, galinhas poedeiras, cabras) que fracassaram, além de gerar conflitos entre os sócios. Duas associações se beneficiaram de um financiamento do Programa Fome Zero/MDS destinado à segurança alimentar e à melhoria da nutrição das famílias. Os

projetos foram concebidos para fortalecer práticas de auto consumo a partir da distribuição de pequenos animais (aves poedeiras de raças rústicas) a cada uma das famílias com uma formação técnica adaptada (criação, higiene e nutrição). Na prática, os presidentes das duas associações foram contatados por agências locais que intermediavam o programa do Ministério de Desenvolvimento Social (a prefeitura e uma ONG) para elaborar o projeto. Cada associação recebeu mil galinhas poedeiras para cerca de 30 famílias, alimentos para o primeiro mês e tela metálica para construir um galinheiro coletivo.

Os agricultores, preocupados com a comercialização de tal quantidade de ovos, acreditaram nas promessas dos intermediários de que iriam encontrar compradores ou adquirir a produção para as cantinas escolares da cidade. Em realidade, nenhum apoio técnico (capacitação) ou comercial foi assegurado, e quantidades de ovos tiveram que ser dadas ou apodreceram no lugar. As galinhas salvas foram repartidas entre as famílias. Em uma associação, por falta de informação, não receberam o alimento correto, o que comprometeu a produção de ovos. As melhores galinhas foram recuperadas por um dos assentados que montou um projeto privado fornecendo sozinho o mercado que tinha sido identificado pelo assentamento. Trata-se do ex-gerente da fazenda desapropriada que ficou também com as melhores terras do assentamento. Na outra associação, o alimento faltou e as famílias tiveram de contribuir com recursos próprios para pagar as dívidas da associação. O apoio técnico não foi realizado como o previsto por contrato e a prefeitura não comprou os ovos. Contudo, no ano seguinte, o mesmo tipo de projeto foi oferecido e encontraram ainda voluntários para criação coletiva, mas de cabras e de porcos. A primeira experiência só deu prejuízos, mas as famílias esperam que a segunda seja melhor; já que foi a fundo perdido, e acham que não têm nada a perder.²

A atuação do SENAR via Sindicato Rural Patronal ou da cooperati-

va leiteira para a capacitação técnica dos assentados passa pelos mesmos vieses dos coletivos. No sistema SENAR, para organizar um curso de capacitação técnica ou profissional num assentamento, exige-se um mínimo de 15 participantes, o que reduz as chances dos pequenos assentamentos ou funciona apenas para jovens e mulheres que têm mais tempo para se coordenar. Para as capacitações em torno de atividades produtivas ou econômicas (apicultura, criação de aves, artesanato etc), esse viés tem consequências econômicas negativas. Uma capacitação coletiva de 15 pessoas do mesmo assentamento ou do mesmo município inviabiliza qualquer saída econômica se todos pretendem, legitimamente, vender no mercado local o mesmo mel, a mesma farinha, o mesmo artesanato de fibras de buriti, de tecidos ou de vidros pintados. Em contrapartida, quando se trata de promover os seus interesses, a cooperativa esquece dos princípios coletivos e solidários. Ela recebe recursos públicos para capacitar gratuitamente os agricultores. Em realidade, exige deles pagar o transporte, quando não a alimentação ou uma taxa de participação para os cursos mais sofisticados (inseminação) e só oferece capacitação gratuita aos sócios que pagam uma cota de 600 reais, o que é impossível para a maioria dos recém-assentados ou para um pequeno criador.

Do lado dos movimentos sociais, o posicionamento ideológico (o catecismo marxista) não falta tampouco. O MST insiste para criar cooperativas de produção nos projetos que patrocina ou nos assentamentos onde é majoritário. Após uma década de fracassos, sobretudo no Nordeste, passou-se do modelo da cooperativa integral de produção (de tipo *kolkhoze*) à cooperativa de serviço, mais adaptada à realidade camponesa, mas para a qual subsistem os problemas de gestão. O novo projeto camponês de autonomia, de qualidade da vida e da produção reivindicado pelo MST desde que aderiu à Via Campesina (Stédile, 2003; MST, 2004; Carvalho, 2005) está, muitas vezes, em contradição com o recrutamento dos assentados em estruturas coletivistas que ocultam ou misturam os esforços dos indivíduos ou das famílias. Um agricultor camponês

valoriza seu trabalho ou aquele da sua família, na terra da família, ou seja, defende a sua honra e a reputação do nome da sua família: valoriza a qualidade dos seus frutos e a beleza dos seus animais, tanto quanto a quantidade de leite ou de bananas produzidas. Sistemas de produção coletivos de hortaliças, de animais ou até a mistura do leite de vários criadores (e de diversas qualidades) num mesmo tanque de resfriamento são práticas que negam o reconhecimento (e o pagamento) da qualidade do trabalho bem feito. Muitas vezes, esses elementos constituem o principal motivo de orgulho do agricultor pobre por serem os únicos sinais distintivos de identidade e de dignidade que pode oferecer.

É necessário reconhecer ao MST a implementação de um sistema de formação que vai da alfabetização até o ensino superior, passando pela escolarização e a formação permanente; mas, a formação técnica permanece a vertente mais frágil do dispositivo. Esta formação técnica deveria ser assegurada pelas cooperativas de assistência técnica criadas pelo movimento e que recebem um apoio do Inbra sobre a mesma base que os serviços de assistência técnica pública (Emater). Trata-se do financiamento de um técnico, de um veículo e de um computador para atender a 100 famílias assentadas. De acordo com os agricultores supostamente assistidos por estas cooperativas nos projetos de Unai e de Minais Gerais, a formação é, sobretudo, ideológica e os apoios técnicos são raros (Martins, 2003; Mello, 2006). É impossível generalizar. Como todas as organizações que recrutam sobre uma base em parte ideológica, estas cooperativas associam pessoal de qualidade e militantes pouco competentes em matéria de extensão ou capacitação técnica. Em certos casos, como em Boa União, receberam o financiamento do Inbra, mas nunca prestaram a assistência técnica, até serem expulsos pela associação comunitária (Sabourin, 2006a).

Além destes vieses coletivistas, na maioria dos casos, os assentados vêm sendo instrumentalizados e enganados sucessivamente pelo Estado, pelo Inbra, pelas consultoras de assistência técnica,

pelos gerentes locais dos bancos, quando não pelos próprios dirigentes dos movimentos ou pelas suas cooperativas de técnicos. Assim, esse sistema de repasse assistencialista de recursos públicos para os coletivos de agricultores termina enriquecendo interesses privados: firmas de consultoria, fazendeiros que vendem gado de descarte a preço de animal produtivo. As conseqüências para os agricultores são os fracassos econômicos, a inadimplência permanente no sistema bancário ou de crédito e desilusões gerando frustrações, desconfiança, quando não conflitos entre assentados. E foi nesse contexto de incerteza (Callon et al, 2001) e de baixa governança (Matus, 1987) que nasceu e que atua o projeto Unai.

O Projeto Unai : tentativa de pesquisa-ação-formação num meio difícil

Uma construção metodológica progressiva

Nessas condições, o desafio do projeto foi, de um lado, procurar, junto com os agricultores, os técnicos e as suas instituições, alternativas técnicas de produção, alternativas organizacionais e, de outro lado, colaborar tentando elevar o protagonismo dos assentados, tanto no nível individual quanto no coletivo.

Portanto, passou-se a adotar e a adaptar progressivamente uma abordagem participativa inspirada na Pesquisa-Desenvolvimento em Sistemas Agrários (Billaz e Dufumier, 1979; Mazoyer 1987) e na Pesquisa-Ação (P-A) (Thiolent, 1999; Liu, 1992, Morin, 2004) com base em princípios e atitudes (Box 1) mais que em receitas metodológicas. Recentemente tentou - se sistematizar esse enfoque para dinamizar colaborações e parcerias mais formalizadas e transparentes entre os assentados, as suas organizações representativas e os serviços públicos. As experiências começaram em torno de dispositivos de inovação (técnica, institucional e social) com uma abordagem de Construção de Inovação em Parceria (CIP) (Triomphe e Sabourin, 2005, Box 2)

Desse modo, os eixos metodológicos dos diversos componentes de pesquisa, educação/formação e ação de desenvolvimento do Projeto Unaí podem se resumir em três linhas:

- planejamento estratégico participativo para apoiar a organização;
- construção de inovação técnica (produtiva, comercial) e social em parceria;
- experimentação de novos modelos de educação no campo e de formação técnica.

Box 1. Princípios metodológicos de pesquisa-ação em parceria do Projeto Unaí

1. *Participação e pesquisa-ação*: fazer parte de uma ação com responsabilidade (pesquisadores, técnicos e agricultores). Esta participação é constante durante o conjunto das etapas (diagnóstico, plano, experimentação, execução das atividades, acompanhamento e avaliação).

2. *Parceria formalizada*: colaboração negociada, transparente e formalizada, entre diversas instituições e as organizações de produtores, orientada por uma comissão colegiada;

3. *Diálogos por ciclos interativos*: ouvir o outro, explicar o seu ponto de vista, de maneira a construir uma proposta na interação, para experimentar, acompanhar, avaliar e reorientar.

4. *Cooperação e solidariedade*: defender um objetivo comum, um projeto comum, superior aos interesses específicos;

5. *Aprendizagem*: produção conjunta e aquisição de conhecimentos e de competências capazes de modificar os comportamentos de maneira duradoura.

6. *Atitude ética*: dignidade e respeito, paciência, responsabilidade, antecipar a saída da pesquisa, evitar tanto a instrumentalização dos outros como ser manipulados por eles.

Box 2: Etapas do processo de Construção de Inovação em Parceria-CIP, em Unai

Construção do objeto comum e da parceria

- diagnósticos
- definição de um objetivo comum e de objetos comuns
- escolha de parceiros
- formalização da parceria

Ciclos de trabalhos sobre a inovação

- monitoramento participativo de rede de unidades de referência
- experimentação em meio real (dos agricultores)
- manejo de grupos de interesse temáticos
- produção e socialização de resultados

Ciclos de acompanhamento e reorientação

- avaliação intermediária e reorientação
- socialização e renovação da parceria
- antecipação da saída de um ou outro parceiro (pesquisa, extensão)

A aplicação da pesquisa-ação à construção de inovação em parceria

A abordagem da pesquisa em Unai é norteadada pelo enfoque de Pesquisa-desenvolvimento (P&D) em torno de quatro linhas de ação complementares (Xavier *et al*, 2004):

- apoio à organização dos assentamentos para promover o desenvolvimento da agricultura;
- utilização de uma rede de estabelecimentos de referência para apoiar o processo produtivo;
- manejo dos recursos naturais e da fertilidade do solo mediante adaptação do plantio direto;
- apoio à inserção dos assentados nos mercados e valorização econômica dos produtos.

- O enfoque de Construção de Inovação em Parceria (CIP) mobiliza as ações de:
- monitoramento participativo de uma rede de unidades de referência e restituição regular;
- manejo de grupos de interesse temáticos e experimentação dos agricultores em meio real;
- oficinas e sessões de formação (metodológica e técnica) e de planejamento (PEP).

A construção social da inovação reúne uma série de iniciativas e de experimentações organizadas em torno de grupos de agricultores e de técnicos chamados grupos de interesse temáticos, porque reúnem os interessados por trabalhar um mesmo tema (Gastal *et al*, 2003). Técnicos, pesquisadores e agricultores mobilizam conjuntamente recursos internos e externos (incluindo centros de pesquisa e universidade) para empreender processos de experimentação e divulgação de inovações adaptadas às situações e demandas locais.

De maneira sintética, a metodologia P-A consiste na realização de diversas etapas cíclicas e interativas. A primeira consiste na elaboração de um diagnóstico rápido e dialogado que permita aos assentados identificar os problemas enfrentados e os potenciais que podem ser explorados para apoiar um processo de desenvolvimento. Para isso, os dados coletados são tratados e devolvidos aos agricultores por meio de reuniões ou sessões de restituição. Após a restituição, inicia-se o Planejamento Estratégico Participativo (PEP, Box 3) que deve possibilitar às famílias de assentados identificar, priorizar, implantar, acompanhar e avaliar as propostas e ações necessárias à construção do seu processo de desenvolvimento. Essas ações são apoiadas por trabalhos específicos no âmbito da produção, da organização e da inserção no mercado. As informações geradas são chamadas de referências³ e são utilizadas para beneficiar outros assentamentos, ampliando a escala do processo.

Isto requer uma capacitação entendida como processo, partindo

da sensibilização, do autodiagnóstico, da implementação, do gerenciamento e do controle, aliada ao processo de construção de inovação em parceria.

Os primeiros passos dessa abordagem aconteceram precisamente na área da educação formal, por meio de um curso de formação de agentes de desenvolvimento local, montado especificamente pela UnB, Embrapa e Escola Agrícola de Unaí para assentados e filhos de agricultores dos assentamentos da Superintendência SR 28 do Entorno e Distrito Federal (Figura 2). Esse curso técnico foi realizado de 2003 a 2006 em regime de alternância com atividades no campo, nos assentamentos (Box 4).

Box 3: Método PEP (Planejamento Estratégico Participativo) aplicado nos assentamentos de reforma agrária em Unaí (MG)

Diagnóstico conjunto

- reconstituição da trajetória histórica da localidade ou do assentamento
- prospectiva participativa: visão do futuro dos agricultores (cenários a 5, 10, 15 anos)
- contexto estratégico, jurídico e institucional
- elaboração do mandato (estudo dos estatutos da organização)
- identificação e caracterização dos atores, grupos de interesses e desafios em jogo
- atores externos e atores internos – regras de coabitação e convivência

Planejamento estratégico

- identificação e hierarquização de problemas e perguntas
- caracterização das oportunidades, ameaças, pontos fortes e fracos para cada questão
- formulação de propostas estratégicas
- identificação de ações estratégicas e hierarquização para

cada proposta

- definição de um plano de ação e programação em função dos obstáculos

Realização do plano de ação

- reuniões e comissões
- acompanhamento, avaliação e reorientações

Box 4: Curso de formação de agentes de desenvolvimento sustentável por alternância na Escola Agrícola de Unai (Apoio Inkra-Pronera/UnB/Embrapa)

Objetivos

- formar técnicos agrícolas procedentes dos projetos de reforma agrária, com um perfil de agente de desenvolvimento sustentável
- desenvolver, a partir dos alunos, ações de organização social e apoio à produção sustentável em seus assentamentos
- Princípios pedagogo-metodológicos
- alternância e formação em processos
- educação integral e formação contínua
- participação e pesquisa-ação

Perfil de competências

- capacidade de análise da realidade complexa da produção e da organização social
- capacidade de mobilização da organização social
- educador/comunicador capaz de construir conhecimento e projetos com as comunidades
- abertura para articular saber local e saber científico

Resultados do 1º curso (2002-2005)

- 58 alunos formados (80% de sucesso)

- 11 projetos comunitários em curso no Estado de Minas Gerais
- prêmio Banco Real-Unisol para a Escola Familiar de Padre Bernardo
- parcerias múltiplas: MDA, UnB, Embrapa, Emater, Municípios, ONGs, Cirad
- avaliação positiva do Pronera e financiamento de um segundo curso de Técnico em Agropecuária com Habilitação em Meio Ambiente

Primeiros resultados e avanços

Os resultados preliminares dessa abordagem mostram-se positivos e encorajadores: os agricultores dos três assentamentos onde foi experimentada a metodologia conseguiram progredir no nível produtivo. A produção e a qualidade do leite melhoraram com práticas de higiene e intensificação forrageira e a adoção do plantio direto e de outras práticas permitiu assegurar a colheita do milho, controlando as ervas daninhas e reduzindo a dependência do trator (alugado). Mas o principal progresso se deu na área da organização, em torno das associações (planejamento estratégico) e dos grupos de interesse, em particular para a gestão de tanques de leite, o processamento ou comercialização de frutas nativas do Cerrado e a experimentação do plantio direto.

O que mudou com esse enfoque na construção de parcerias?

Primeiro, a atitude dos pesquisadores, técnicos e estagiários na maneira de abordar e de tratar os assentados e as suas famílias, com paciência, respeito, visitando suas parcelas e animais, ouvindo suas demandas e valorizando seus saberes e práticas, criou um ambiente de confiança mútua, de tolerância, favorável a um diálogo sociotécnico qualificado e à montagem de experimentos dese-

nhados de acordo com os projetos, ritmos e condições específicos de cada assentamento ou de cada tipo de agricultor.

Segundo, a maneira de tratar o familiar e o coletivo evoluiu: os pesquisadores tentaram romper com as práticas e atitudes assistencialistas, paternalistas e obviamente dominadoras que geravam mais dependência dos agricultores, demandas imediatas sem procura de solução interna, mas também uma autodesvalorização dos agricultores.

Sendo considerados, ouvidos, apoiados e capacitados pelos pesquisadores, foram também responsabilizados, acompanhados e cobrados ao nível da família, da unidade de produção, e ao nível dos coletivos: grupos de interesse, associação ou cooperativa.

O apoio a uma dinâmica de produção familiar (e não apenas individual, como no caso de um agricultor empresarial) revitalizou práticas de autoconsumo, valorizou a participação e o trabalho das mulheres e dos jovens (por meio da capacitação e das atividades de diversificação) e permitiu construir um novo olhar dos assentados sobre a necessidade e os limites dos serviços comuns por meio de coletivos, associação ou cooperativas.

A associação entre dinâmica de organização, co-construção de inovação e ações educativas foi essencial para fortalecer as capacidades das famílias (Box 4). A formação dos jovens tem reforçado as posições das associações para negociar o preço do leite com a cooperativa e dos insumos com as lojas agropecuárias ou as propostas dos assentamentos nos conselhos municipais e territoriais. Os jovens técnicos recém-formados participam da animação de grupos de interesse e, com seus colegas, criaram uma cooperativa para prestar assistência técnica aos assentamentos da região do Entorno e do Distrito Federal.

Porém, esses resultados devem ser relativizados por dois fatores: a) foram obtidos graças à concentração de esforços e recursos humanos da pesquisa para testar alternativas, produzir e sistematizar

zar referências em apenas três assentamentos acompanhados durante três anos; b) existe uma dificuldade de distanciamento dos pesquisadores que se envolvem e induzem ou assumem papéis dos agricultores ou da assitência técnica.

Discussão, limites e ensinamentos

Elementos de análise das tensões entre lógicas de atores

Os avanços e as contradições do planejamento participativo

Nos três assentamentos onde foi aplicado o PEP, observam-se avanços para organizar a programação de atividades prioritárias, tomar decisão, agilizar contatos, formular projetos, identificar fontes de apoio e de recursos. Houve um processo de capacitação dos participantes em termos de aprendizagem institucional (das regras das instituições) e social (aprender fazendo). Mas há também dificuldades em implementar as decisões, em dar continuidade, em compartilhar informações e recursos, em superar os velhos demônios dos conflitos de relacionamento e de poder entre dirigentes e grupos. Os pesquisadores têm dificuldades para responsabilizar os agricultores. Não conseguem sancionar as falhas das associações, deixando de intervir porque não querem comprometer resultados dos quais precisam para seus estudos ou projetos de mais curto prazo.

De fato, para obter resultados em prazos úteis, pelas exigências de programação e financiamento, e para poder mobilizar os assentados e outros parceiros, os pesquisadores tiveram às vezes que induzir decisões ou ações no lugar dos outros parceiros. Isso é comum e legítimo num processo de pesquisa-ação onde o pesquisador assume sua posição de ator do processo, mas precisa ser avaliado com certo distanciamento. Revela uma falta de relação contratual e de formalização da parceria que especificasse melhor o papel e a responsabilidade de cada parte, os meios ou entidades de controle, de orientação e de arbitragem.

Solidariedade, reciprocidade e identidade coletiva

A atitude, as propostas, mas também as cobranças dos pesquisadores levaram os assentados a dar importância aos valores associados às práticas e condutas. Isto se concretizou na recuperação e valorização de relações de solidariedade e de reciprocidade com os pesquisadores e entre os agricultores, fortalecendo a identidade coletiva. Porém, não é fácil quebrar a identidade negativa e subalterna imposta pelas tutelas e pela sociedade para criar uma identidade positiva. Paralelamente a uma longa construção social e política do sentimento de dependência, de assistido, há um sentimento de impotência, de incompetência do sem-terra que permanece quando este se torna assentado, sendo fortalecido e alimentado pelo estigma manifestado pelo resto da sociedade.

De fato, entre os assentados, existe uma tradição ou, no mínimo, uma necessidade de solidariedade familiar ou de natureza social diversas das práticas e estruturas coletivas induzidas ou impostas de fora. Ela depende das relações de reciprocidade.⁴ Constitui uma obrigação mútua pela precariedade durante o processo de acampamento e de instalação. Esta solidariedade é constituída pelo prolongamento das relações de parentesco e de proximidade (Rocha *et al*, 2004). Explica o sucesso dos projetos de reforma agrária reunindo beneficiários que vêm todos mesma região ou de comunidades vizinhas, tendo relações de parentesco. Quando aparecem lotes disponíveis no momento da composição dos assentamentos ou no caso de desistência, é freqüente que um beneficiário chame um membro da sua família ou um membro do movimento da sua região, inscrito na lista de espera para a atribuição de uma parcela. O mesmo tipo de relação de solidariedade e de reciprocidade acontece entre pessoas e famílias que têm compartilhado uma experiência de organização coletiva durante a fase, às vezes longa, de luta pela terra ou de acampamento precário. A reciprocidade sob a forma da ajuda mútua, da hospitalidade, encontra-se então reforçada por processos de aprendizagem coletiva ou social (Ostrom, 1998).

Por outra parte, é difícil dissociar os avanços éticos e a construção de identidades das considerações ideológicas e das crenças: religião e opiniões políticas no caso dos agricultores; crença na ciência universal e nos seus métodos participativos politicamente corretos por parte dos pesquisadores.

Funcionam formas de solidariedade em torno do caráter unificador da ideologia ou dos valores humanos compartilhados via a religião ou a mística dos movimentos sociais em particular, a mística político-religiosa no caso dos sindicatos e do MST. A religião constitui, freqüentemente, o último fator de reciprocidade e de identidade coletiva, quando os outros valores desagregaram-se ou tornaram-se objeto de conflito (Sabourin, 2005). O estudo de Mello (2006) no conjunto dos assentamentos do Rio Grande do Sul mostra que a religião constitui uma das principais causas de coesão social e, por conseqüência, de redução do abandono dos beneficiários da reforma agrária. Observa que a Igreja Evangelista torna-se o principal movimento concorrente do MST em termos de organização dos assentamentos. Em Unai, no Assentamento Jibóia, dividido entre dois grupos, a religião católica é o único fator de unidade e de proximidade. O grupo informal organizado pelas mulheres chegou, sem ajuda externa, a reunir fundos e a construir uma capela em alguns meses, ao passo que a associação comunitária não chegava a se organizar para terminar o teto da sala de reunião. Os pesquisadores têm proposto sem sucesso aplicar o método das mulheres para captar fundos e organizar o trabalho coletivo, a partir da ajuda mútua e das práticas de reciprocidade (organização de jogos, leilões de produtos e pequenos animais, venda de aves caipiras, oficinas e mutirões, etc.).

Box 5. As relações e as estruturas de reciprocidade

Em realidade, quando uma determinada relação de reciprocidade é observada como sendo repetida de forma recorrente ela é geralmente institucionalizada pela sociedade ou pela comunidade e pode constituir uma estrutura de reciprocidade entre pessoas ou sujeitos.

Chabal (2005) explica a relação entre reciprocidade no seu sentido antropológico e a estrutura de reciprocidade: “...a natureza dos elementos interligados pela estrutura não é indiferente. A reciprocidade faz o elo entre atos, mas entre atos de seres humanos, ou melhor dito de seres animados capazes de se tornar humanos graças a sua relação de reciprocidade. A reciprocidade faz parte da gênese da humanidade na medida em que gera relações e valores humanos. Chamo de reciprocidade a relação intersubjetiva (ou melhor dito “transubjetiva”) pela qual existem sujeitos, já que os mesmos não preexistem as suas relações como sujeitos humanos”.

Segundo Lévi-Strauss (1947), a noção de estrutura designa as diversas maneiras pelas quais o espírito humano constrói os seus valores e sistemas de valores. Mas não estabelece a diferença entre as estruturas de intercâmbio e as estruturas de reciprocidade, porque, preocupado por uma teoria generalizada da troca a partir das relações de parentesco, chama de reciprocidade apenas a forma de “intercâmbio recíproco simétrico”. As estruturas elementares de reciprocidade foram sistematizadas por Temple (2004) que identifica certos valores humanos específicos produzidos por estruturas de reciprocidade específicas (Sabourin, 2006b) (Figura 3).

De fato, deve-se distinguir a reciprocidade na produção, que se desenvolve no plano do real e permite assegurar e reproduzir prestações materiais, mútuas ou coletivas reciprocidade no plano sim-

bólico, aqui a religião católica. Não se pode passar automaticamente de um plano ao outro, estas sendo estruturas controladas por valores de natureza diferente. Trata-se, no caso da reciprocidade simbólica, de uma estrutura governada pela palavra de união da religião, por um valor de obediência a um terceiro incluído de natureza divina. No caso da ajuda mútua, é o bem-estar material do grupo, controlado e reproduzido pelos valores de amizade e de aliança, que constitui este terceiro incluído (Temple, 2004).

Encontra-se o mesmo tipo de mecanismo em torno da mística político-religiosa mobilizada pelos movimentos sociais com cantos, jogos, exercícios de motivação mútua. O compartilhamento da mística cria um sentimento de identidade coletiva e a palavra de união permite a mobilização de grandes eventos coletivos para as ocupações de terra ou de edifícios públicos, as romarias e comícios. Mas, ficamos no âmbito de uma estrutura de reciprocidade centralizada pela redistribuição de uma palavra de união que produz a obediência à palavra de Deus ou ao seu representante ou ainda ao líder do movimento.

Em realidade, no caso de pequenos grupos de novos proprietários num assentamento, a mística e a religião não funcionam mais para reconstruir estruturas de reciprocidade na produção do tipo ajuda mútua ou mutirão (Sabourin, 2006c). A institucionalização e a reprodução dessas práticas dependem da proximidade, do parentesco, de relações de reciprocidade bilateral (amizade, compadrio) ou da necessidade/capacidade de compartilhar um recurso, um equipamento, mediante uma relação de reciprocidade ternária (Figura 3). Para isto, no entanto, deve existir o reconhecimento do outro, a abertura do círculo ao conjunto das famílias do assentamento e não uma divisão ou um fechamento em pequenos clãs. Tais situações apenas geram sentimentos de rancor, de ódio, de ciúme, de frustração e, portanto, de impotência e de incompetência. Isto é, tudo o contrário dos sentimentos de identidade coletiva positivos: conquista da terra e dos meios de produção autônoma,

reconstrução da dignidade e da cidadania, que geralmente são oriundos das relações de reciprocidade na fase de luta e de aprendizagem coletiva.

Diferença entre a fase de luta pela terra e a fase de assentamento

Vários observadores da reforma agrária (Martins, 2003, 2004) e até os próprios movimentos sindicais em Unai questionam a enorme diferença da dinâmica coletiva e organizacional com os mesmos grupos, entre as fases de acampamento e de assentamento. A dependência dos assentados das tutelas e a multiplicação das frustrações devidas aos intermediários interessados e à concepção assistencialista das políticas de reforma agrária contribuem para quebrar esse sentimento de identidade do sem-terra, dignidade e as práticas de solidariedade construídas durante a luta pela terra (Touraine, 1993). Essas práticas conseguem substituir clãs por um processo de construção social, política e midiática (imprensa preconceituosa dominada por grupos econômicos e políticos conservadores e televisão sensacionalista) de uma identidade coletiva negativa. Essa identidade negativa de “sem terra” está sendo alimentada e reforçada pelo estigma manifestado pelo resto da sociedade. O termo *sem-terra* é um indício, porque pega na cara e na pele. Continua sendo usado de maneira pejorativa inclusive para quem já conseguiu a terra, ou pior, para suas crianças na escola do município. É por isto que a perda de legitimidade ou simplesmente de simpatia na opinião pública é importante para os movimentos e para o futuro da reforma agrária, e isto, além das mudanças nos prazos eleitorais, como está sendo visto com o governo Lula, não conseguem mudar a situação ou muito pouco. É algo que não está sendo bem percebido ou bem analisado pelos dirigentes do MST e que os assentados conseguem explicar. Eles não compartilham a ideologia nem todos os valores do MST, ignoram seu projeto de sociedade e de revolução socialista, ou até o que significa o socialismo, mas permanecem como militantes fiéis ao Movimento

que lhes permitiu acessar a terra. Existe um sentimento de reciprocidade com relação ao Movimento pelo acesso à propriedade, a essa parcela de dignidade humana de produção familiar que possibilita uma autonomia econômica e social. Portanto, o respeito e a solidariedade da maioria dos assentados com o MST, têm mais a ver com a gratidão, um sentimento de obrigação numa relação de reciprocidade, do que com uma adesão ideológica ou um compromisso para estruturas de produção coletivas ou socialistas.

Mesmo se o assentado é, por essência, um ser plural num ambiente social heterogêneo e artificial, além de constituído por indivíduos desraigados e deslocados, ele não se projeta como um indivíduo moderno assumindo simultaneamente ou sucessivamente vários regimes de engajamento no sentido de Thévenot (2006). Ele é, como os membros da sua família, antes de tudo, atravessado por contradições sociais que superam a sua capacidade de consciência, que superam a escala do seu assentamento e do município. Mas ao mesmo tempo ele é herói de resistências e herdeiro dessas contradições de sistema entre lógicas coletivas, comunitárias ou familiares de reciprocidade, e lógicas de intercâmbio de tendência individualista ou de tendência coletivista.

Para Silveira (2005), após um estudo nos projetos de reforma agrária do Rio Grande do Sul, "*o sujeito invisível da reforma agrária volta-se a marcar num novo projeto campesino que associa família, trabalho e terra*". A organização e o valor da família coabitam perfeitamente com um imaginário político constituído simbolicamente na luta pela terra e pela sobrevivência. A análise do discurso dos assentados mostra todo o contrário de uma introspecção da resignação e da renúncia. Para os assentados, construir uma imagem de si positiva, o simbólico épico do herói que supera os obstáculos com fé, esperança e bravura, constitui um elemento fundamental. É, por conseguinte, em torno destes valores e das relações que os mobilizam e os reproduzem que é possível melhor reconstruir uma identidade positiva e estruturas de coesão social, capazes de permitir

aos novos agricultores responder aos numerosos desafios que devem enfrentar, nos planos individual, familiar, coletivo e institucional.

Ensinamentos metodológicos do Projeto Unai

Os instrumentos que, por experiência, revelam-se mais eficazes para permitir a apropriação e a valorização das infra-estruturas e dos apoios técnicos ou financeiros pelos agricultores familiares ou assentados são os que têm a ver tanto com as pessoas, incluindo neste termo as mulheres e os jovens, como com os seu objetos, suas práticas ou seus conhecimentos técnicos. Existem três categorias de intervenção em termos de aprendizagem social e formação de competências por meio da ação que vão neste sentido. São elas: a educação rural, a construção social de inovação e o apoio à organização.

A educação rural (Molina, 2002) conhece no Brasil uma renovação, em grande parte graças aos esforços empreendidos no âmbito da reforma agrária, que deram lugar a implementação de uma série de programas de educação em meio rural financiados pelo Programa Nacional de Educação para a Reforma Agrária (Pronera) e pela Secretaria de Agricultura Familiar (SAF) do Ministério de Desenvolvimento Agrário. As experiências de escolas administradas pelos agricultores, Casas Familiares Rurais (CFR) e Escolas Familiares Agrícolas (EFAs) abriram a via neste sentido, a partir de uma pedagogia da alternância (entre estudo e trabalho na exploração agrícola), fundada sobre o estudo da realidade e o acompanhamento dos alunos durante os períodos práticos.

O apoio à organização não pode limitar-se às regras de gestão (mesmo se este tipo de informação seja necessário); deve contemplar a criação de competências e a defesa de valores para que as pessoas possam viver, trabalhar, decidir e agir juntas. Entre estes instrumentos, diversas experiências inovadoras estão sendo desenvolvidas no Brasil no âmbito dos projetos de reforma agrária como nas

comunidades rurais e camponesas. A característica comum destas ações consiste em partir dos problemas concretos das famílias, em valorizar os acervos de saberes dos agricultores e das suas comunidades e em torná-los mais responsáveis nas suas decisões e na gestão dos dispositivos coletivos e institucionais implementados para esse efeito (Mormont, 1996, Sabourin *et al*, 2005).

A construção social da inovação agrupa uma série de iniciativas de grupos de agricultores e de técnicos (de ONGs ou organizações de produtores) que mobilizam conjuntamente recursos externos (incluindo os centros de pesquisa e a universidade) para empreender processos de experimentação e divulgação de inovações adaptadas às situações locais. Os mecanismos de construção social da parceria permitem uma complementaridade entre as lógicas e as ações de natureza individual, familiar, coletiva e pública. A abordagem metodológica é de tipo pesquisa-ação-formação, fundada sobre a parceria negociada e contratual (verbal ou escrita) entre os atores envolvidos (Box 1), que permite começar a quebrar atitudes que correspondem às formas de alienação da lógica do intercâmbio capitalista (interesses privados, oportunismo, concorrência para o lucro e acumulação privada) nas rotinas e costumes atribuídos à tradição nacional ou aos valores regionais, mas que têm a ver com a alienação própria das estruturas de reciprocidade assimétrica: relações corporativistas, assistencialistas, paternalistas e clientelistas.

Conclusões

Os primeiros resultados de cunho sociotécnico ou sóciopolítico do Projeto Unaí apontam para três tipos de ensinamentos: a) os pressupostos e instrumentos das políticas públicas de reforma agrária e dos movimentos sociais pró-reforma agrária revelam-se pouco adaptados, quando não contraditórios e geradores de tensões interinstitucionais e de conflitos entre os assentados e as suas organizações; b) métodos e instrumentos de construção social da

parceria permitem estruturar uma complementaridade entre as lógicas individuais, familiares e coletivas; c) um esforço específico de educação *in loco* é indispensável para fortalecer e subsidiar a dignidade e a identidade dos assentados.

Apesar dos conflitos humanos e institucionais inevitáveis nas condições dos assentamentos, modos de apoio adaptados podem contribuir para reconstruir uma organização e uma identidade coletiva positiva dos assentados. Estes métodos e instrumentos apresentam várias características que são particularmente adaptadas às situações dos beneficiários da reforma agrária.

As iniciativas procuram construir valores e competências de responsabilização e autonomia dos atores, a fim de quebrar esquemas tradicionais de dependência, de assistência, de patrocínio e de paternalismo mantidos pelas tutelas que se sucederam no meio rural.

Os enfoques levam em consideração os recursos, práticas, acervos e conhecimentos dos camponeses e contribuem assim para reforçar e alimentar a recuperação da sua dignidade e identidade individual e coletiva, de forma a prepará-los para assumir seu próprio processo de desenvolvimento.

As ações são sempre territorializadas e localizadas, a partir dos recursos locais, da população local e dos conhecimentos locais.

De fato, as ações se desenvolvem na escala da localidade, do município ou da pequena região, o mais perto possível dos lugares de vida e de trabalho dos agricultores e das suas famílias. Desenvolvem-se a partir das condições, dos recursos, das características e dos atributos da sua terra, do seu território, o que não exclui uma abertura aos outros por meio de visitas de estudo ou do convite de pessoas de outras regiões. A noção de território e a dimensão territorial do desenvolvimento trazem uma possibilidade de agregar visões e recursos para construir um projeto maior, com prioridade para as ações e as infra-estruturas que não correspondem ou não podem ser decididas ou implementadas na escala local.

Finalmente, os depoimentos dos agricultores sobre as experiências acompanhadas em Unaí e em projetos similares mostram que não adianta dispor de infra-estruturas e tecnologias se os atores locais não estão conscientizados e motivados para valorizá-las ou não dispõem das competências para apropriá-las. Portanto, educação e capacitação para todos, em todos os níveis e momentos, são indispensáveis. Mas também não adianta capacitar e treinar apenas para transferir tecnologias, receitas ou mesmo saberes teóricos sem a prática da experimentação técnica e social que garanta a verdadeira aprendizagem. Por fim, não adianta ter aprendizagem (teórica, prática ou institucional) sem respeito e transmissão de valores éticos e humanos universais como a amizade, a tolerância, a confiança, a responsabilidade ou a justiça. Precisamente, são estas as características e as palavras que usam os agricultores dos assentamentos para descrever o perfil de um bom técnico, de um bom pesquisador ou de um bom político. São também os valores e as palavras que os alunos e professores da Escola Agrícola de Unaí colocaram espontaneamente nos momentos de avaliação do aprendizado e dos ensinamentos dessa grande parceria do Curso de Alternância.

Referências bibliográficas

- Abramovay R.; Piketty, M. G., Politique de crédit du programme d'appui à l'agriculture familiale (Pronaf) Résultats et limites de l'expérience brésilienne dans les années 1990, *Cahiers Agriculture*, n° 14, v.1, 2005.
- Billaz, R.; Dufumier, M. *La Recherche Développement en agriculture* PUF/ACCT, Paris, 1979.
- Callon, M.; Lascoumes, P.; Barthe, Y., *Agir dans un monde incertain: essai sur la démocratie technique*. Paris: Seuil, 2001.
- Carvalho H. M. de. *O campesinato no século XXI*. Possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil, São Paulo, Editora Vozes, 2005.
- Chabal M., Les structures élémentaires de réciprocité. Conférence in Cauris 2005 <http://afrique.cauris.free.fr/conferences.html> Accès le 20/9/2005.
- Gastal M. L.; Xavier, J. H.V.; Zoby, J. L. F.; Rocha, F. E. de C.; Silva, M. A.

- da; Ribeiro, C. F. D. de A.; Couto, P. H. M. *Diagnóstico de Três Assentamentos de reforma agrária em Unai-MG*. Planaltina: Embrapa-Cpac, 2003. Boletim de P&D.
- IBGE. Dados do censo populacional 2002, www.ibge.br, acesso em 30/05/2005.
- Levi-Strauss C. *Les structures élémentaires de la parenté*, XXVII. “Les cycles de la réciprocité” La Haye, Mouton, [1947] 1967.
- Liu M., Présentation de la Recherche-Action, définition déroulement et résultats; Vers une épistémologie de la Recherche-Action. In *Revue internationale de systémique*, v. 6, n. 4, Paris, 1992.
- Martins, J. de S. *O sujeito oculto: ordem e transgressão na reforma agrária*. Porto Alegre: UFRGS, 2003a.
- Martins, J de S. *Travessias: estudo de caso sobre a vivência da reforma agrária nos assentamentos*. Porto Alegre: UFRGS, 2003b.
- Martins, J. de S. *Reforma agrária – o impossível dialogo*, São Paulo: EDUSP, 2004.
- Matus C. Planificación en sistemas de baja gobernabilidad. In: *Seminario Internacional de Economía Campesina y pobreza rural*/sous la direction de Jorge Bustamente R. Bogotá: Fondo de Desarrollo Rural Integrado, 1987.
- Mauss M, Essai sur le Don. In: *Sociologie et Antropologie*, Paris, PUF, 7a. ed., [1924] 1950, réédition 1989.
- Mazoyer M. *Dynamique des systèmes agraires, rapport de synthèse du colloque sur la dynamique des systèmes agraires*. Paris: MRT, 1987.
- Mello P. F. Evasão e Rotatividade em Assentamentos Rurais do Rio Grande do Sul. Dissertação de Mestrado - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2006.
- Mendras, H. *Les sociétés paysannes. Eléments pour une théorie de la paysannerie*. Paris: Armand Colin, 1976.
- Ministério de Desenvolvimento Agrário/Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável Referências para um desenvolvimento territorial sustentável, Brasília, MDA-SDT-CONDRAF, 2003.
- Molina M. C. Desafios para os educadores e as educadoras do Campo In: *Educação do campo Identidades e políticas públicas* . Brasília: ANCA, 2002
- Morin, E. *A Pesquisa-Ação Integral e Sistêmica: Uma Antropopedagogia Renovada*. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.
- Mormont M. Agriculture et environnement: pour une sociologie des dispositifs. *Economie Rurale*, Paris, v. 236, 1996.

- MST. A organicidade e o planejamento. Texto interno do Movimento Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, Encontro Estadual da Paraíba, abril de 2004.
- Ostrom E. A behavioral approach to the rational-choice theory of collective action, *American Political Science Review*, 1998.
- Rocha, F. E. de C.; Padilha, G. C. *Agricultura familiar: dinâmica de grupo aplicada às organizações de produtores rurais*. Planaltina, DF: Embrapa Cerrados, 2004.
- Sabourin, E. Organização dos agricultores e produção de valores humanos. In: VII Congresso da Sociedade Brasileira de Sociologia, Belo Horizonte, junho 2005.
- Sabourin, E. Diagnóstico dos dispositivos coletivos dos agricultores familiares nos assentamentos do Município de Unaí, Brasília, UnB, CNPq, Cirad, Embrapa. 2006a.
- Sabourin, E. Práticas sociais, políticas públicas e valores humanos. In: *A diversidade agricultura familiar*. Sérgio Schneider (org.). Porto Alegre, UFRGS, Estudos Rurais, 2006b.
- Sabourin, E. A ajuda mútua, entre intercâmbio e reciprocidade. In *Iº Encontro da Rede Rural*, Niterói, UFF, julho de 2006.
- Sabourin, E.; Duque, G. ; Diniz, P. C. O. ; Oliveira, M. S. L. ; Florentino, G. L. Reconnaissance publique des acteurs collectifs de l'agriculture familiale au Nordeste. *Cahiers Agricultures*, v. 14, n. 1, 2005.
- Silveira, D. S. da. *Narrativa histórica, etnografia e reforma agrária em um assentamento rural*. MS de antropologia, Porto Alegre, UFRGS-IFCH, 2005.
- Stédile, J. P.(org). *A questão agrária hoje*. Porto Alegre: UFRGS, 2003.
- Temple D. Teoria de la Reciprocidad. Tomo I: *La reciprocidad y el nacimiento de los valores humanos*; Tomo II : *La economía de reciprocidad*, PADEP-GTZ , La Paz, Bolívia, 2004.
- Thévenot L. *L'action au pluriel. Sociologie des régimes de l'engagement*. Paris, La Découverte, Politique et Société, 2006.
- Thiolent M. *A metodologia da Pesquisa-Ação*; São Paulo, Cortez, 1999.
- Touraine A. *Production de la société*. Paris, Seuil, 1993.
- Triomphe, B.; Sabourin, E. Construção da Inovação em Parceria Oficina CIP, Brasília 12-14/12/2005, Cirad, Embrapa UnB, ed Cirad Montpellier, 2006, (CD Rom).
- Xavier, J. H. V.; Santos, C. E. S.; Zoby, J. L. F.; Silva, F. A. M. da; Oliveira, M. N. de. *Adaptação e utilização de dispositivo metodológico participativo*

para apoiar o desenvolvimento sustentável de assentamentos de reforma agrária. Planaltina, Embrapa/CPAC, 2004.

Wanderley, M. N. de B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: *XX Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais (ANPOCS)*, Caxambu, 1996.

Notas

¹ O Projeto Unaí é executado pela Universidade de Brasília (UnB), pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa Cerrados), pelo Centro de Cooperação Internacional em Pesquisa Agronômica para o Desenvolvimento (Cirad), pela Escola Estadual Juvêncio Martins Ferreira (Escola Agrícola de Unaí) e pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Minas Gerais (Emater-MG). Os principais parceiros são: o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Unaí (STR-Unaí), a Cooperativa Agropecuária de Unaí (Capul), as 20 associações comunitárias dos projetos de assentamento de Unaí, a Prefeitura Municipal de Unaí, entre outros. Os principais financiadores das ações do Projeto são: o Centro Nacional de Desenvolvimento da Pesquisa Científica e Tecnológica do Brasil, CNPq, o Macroprograma 06 da Embrapa “Apoio ao desenvolvimento da agricultura familiar e a sustentabilidade do meio rural”, a Cooperação Técnica e Científica Francesa (MAE-DCT), o Cirad, o Ministério de Desenvolvimento Agrário do Brasil, através do Incra (Programa Nacional de Educação para Reforma Agrária) e a Secretaria de Agricultura Familiar-SAF, a Fundação Banco do Brasil (Xavier *et al*, 2004)

² Em realidade, o convênio assinado pela entidade intermediária perante o MDS/Fome Zero e entre ela e a associação do assentamento prevê que 20% do montante do projeto sejam repassados para um projeto coletivo similar em outra comunidade, em dinheiro ou em galinhas.

³ Uma referência é definida como todo tipo de informação correspondente a uma situação local bem definida. As referências podem ser de natureza econômica, social ou técnica e relacionar-se a diferentes escalas, desde uma parcela de cultivo até a unidade de produção ou a organização de produtores. Uma referência agrega as práticas dos agricultores para solucionar uma determinada problemática, ou seja, ela faz parte de uma escolha feita por eles, considerando seus objetivos, os problemas enfrentados e os recursos potenciais. Em outras palavras, gerar referências significa construir experiências.

⁴ A reciprocidade é a dinâmica de reprodução ou devolução de prestações (dádivas ou golpes) geradora de laços sociais identificada por Mauss (1989) e retomada por Levis-Strauss (1967) que estabelece a universalidade da reciprocidade em todas as sociedades humanas, na medida em que ela governa as estruturas de parentesco. A reciprocidade pode ser definida como o redobramento de uma ação ou de uma prestação, que permite reconhecer o outro e participar de uma comunidade humana. Temple (2004) distingue o intercâmbio (a troca) da reciprocidade: *A operação de intercâmbio corresponde a uma permutação de objetos, enquanto a estrutura de reciprocidade constitui uma relação reversível entre sujeitos*. Ele associa valores éticos ou morais específicos às diferentes estruturas de reciprocidade (Sabourin, 2006b) (Box 5) .

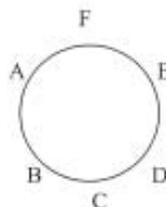
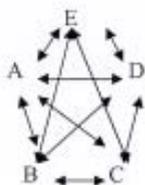
Figura 3. Representação esquemática das estruturas elementares de reciprocidade

Reciprocidade bilateral simétrica: A \longleftrightarrow B (cara a cara) A/B ou B/A
 Aplicada a grupos ABCD \longleftrightarrow FGHIJ ABCD/FGHIJ

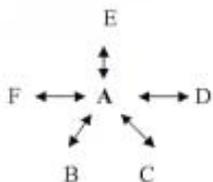
Reciprocidade ternária unilateral A \longrightarrow B \longrightarrow C (entre gerações) ABC

Reciprocidade ternária bilateral A \longleftrightarrow B \longleftrightarrow C ABC/CBA

Compartilhamento
 ABCDE/ABCDE



Reciprocidade centralizada
 A = Centro de Redistribuição



AB AC AD AE AF

Reciprocidade generalizada
 (mercado de reciprocidade)



SABOURIN, Eric *et al.* Lógica familiar e lógica coletiva nos assentamentos de reforma agrária: o caso do município de Unaí- MG - Brasil. *Estudos Sociedade e Agricultura*, abril 2007, vol. 15 no.1, p. 23-61. ISSN 1413-0580.

Resumo: (*Lógica familiar e lógica coletiva nos assentamentos de reforma agrária: o caso do município de Unaí, MG*). A política pública de reforma agrária no Brasil continua dando prioridade a formas de organização coletiva do assentamento, dos serviços e até da produção agrícola. Essa lógica coletiva está promovida e institucionalizada tanto pelo Estado quanto pelos movimentos pró-reforma agrária. Paradoxalmente, o assentamento se traduz pela concessão de lotes individuais a um público composto em sua maioria de ex-assalariados, no marco de uma política de promoção de empreendimentos econômicos de natureza familiar. Este trabalho examina as raízes e conseqüências da interação entre essas lógicas a partir do exemplo de assentamentos do município de Unaí. Permanece a tensão entre o interesse individual do “recém-proprietário”, as lógicas familiares e as práticas coletivas dependentes das modalidades de política pública. A obrigação de solidariedade familiar ou comunitária é alimentada pela precariedade do processo de assentamento e pelo caráter unificador da ideologia ou dos valores humanos. Os resultados em Unaí mostram três ensinamentos: a) os pressupostos e instrumentos das políticas públicas de reforma agrária revelam-se pouco adaptados, quando não contraditórios e geradores de conflitos; b) apesar dessas condições negativas e de um ambiente institucional pouco favorável, métodos e instrumentos de construção social da parceria permitem uma complementaridade entre as lógicas individuais, familiares e coletivas; c) um esforço de educação *in loco* é indispensável para fortalecer e subsidiar a dignidade e a identidade dos assentados, mas revela-se eficiente a médio ou longo prazo.

Palavras-chave: reforma agrária, assentamento, políticas públicas, lógica coletiva, agricultura familiar, Brasil.

Abstract: (*Family and collective logics in land reform settlement in Unaí (Minas Gerais, Brazil)*). The public policy of agrarian reform in Brazil still gives priority to collective organization of the settlement, of the services and even of the agricultural production. This collective logic is promoted and institutionalized both by the State and the agrarian reform movements. Paradoxically, the settlement is based on the concession of individual land plots to a public formed mostly by former wage-earners, in the context of the promotion of family-based economic enterprises. This paper analyzes the origins and consequences of the interaction between these logics, focusing the case of land reform settlements of the municipality of Unaí, in the state of Minas Gerais. There is a tension between the individual interest of “the new land-owner”, the logic of the family and the collective logic dependent on the modalities of public policy. The obligation of familiar or communitarian solidarity is fed by the precariousness of the settlement process and by the unifying ideology and human values. The results in Unaí teach us that: a) the budgets and the instruments of public policy for agrarian reform are not adapted or suitable, and may become contradictory and lead to conflicts; b) in spite of such conditions and institutional environment, tools and methods for social construction of partnerships allow for a synergy between individual, familiar and collective logics; c) at the local level, the educational effort is indispensable in order to strengthen the dignity and identity of the settlers, but it will be efficient only on medium or long term.

Key words: Land reform, rural settlements, public policies, collective logic, family agriculture, Brazil.